

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.774 - MG (2013/0202635-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO INDUSVAL SA
ADVOGADOS : MAURO CARAMICO - SP111110
ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP200557
RECORRIDO : CASTELLANI ALIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO REIS TAVARES PAIS - MG102243
ROBERTO MARIA HYPOLITO CRUZ CASTELLARI -
SP044847

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, visando à reforma de julgado proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, cuja ementa possui a seguinte redação (fl. 531):

Atualmente, com o advento do novo regime de arbitragem, instituído pela Lei nº 9.307, tendo sido ajustado entre as partes a cláusula compromissória, por meio da qual aquelas se comprometem a submeter-se ao juízo arbitral, resta impedido o exercício do direito de ação, tornando a parte carecedora da ação por ausência da condição de possibilidade jurídica do respectivo exercício (art. 267, VIII, CPC). - Não é dado ao Juiz fixar os honorários advocatícios de sucumbência em valores irrisórios, devendo ser a profissão de advogado condignamente remunerada, o que, contudo, não significa que aqueles devam ser arbitrados em dissonância com os parâmetros ditados pelo § 3º do art. 20, CPC, aplicáveis ao caso por força da norma constante do § 4º da referida norma.

Os embargos de declaração opostos pelo Banco Indusval S.A. foram rejeitados às fls. 555/558.

No especial, a pretexto de negativa de prestação jurisdicional e ausência de fundamentação, são repetidas as teses do recurso integrativo, no sentido de que o pedido de falência corresponde a uma execução coletiva, de modo que seria despiciendo encaminhar as partes para o Juízo arbitral se já dispõe o credor de título executivo extrajudicial, que tem a mesma natureza daquela que lá pode ser produzido, motivos pelos quais argui a violação dos arts. 165 e 535 do Código de Processo Civil de 1973 e

Superior Tribunal de Justiça

3º da Lei 9.307/1996 e divergência jurisprudencial.

Adiciona que o árbitro não dispõe de poderes para decretar a falência, ato que exige a jurisdição estatal, emanada do poder de império.

Não foram apresentadas contrarrazões (cf. certidão de fl. 659).

Decisão presidencial de admissibilidade positiva às fls. 661/664.

Assim delimitada a questão, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Diferentemente da decisão que garantiu trânsito ao especial, não vislumbro infringência aos arts. 165 e 535 do CPC revogado, senão decisão contrária aos interesses da parte.

O julgado estadual apresenta fundamentação suficiente, não se havendo que cogitar de nulidade porque o julgamento da apelação abarcou toda a matéria, inclusive o tema arguido nos embargos de declaração, com ele claramente incompatível.

Em que pese a jurisprudência do STJ acolher a tese de mérito do especial, relativamente à possibilidade de requerimento de falência independentemente da manifestação do Juízo arbitral, como são representativos o REsp 1.733.685/SP (Quarta Turma, Rel. Ministro Raul Araújo, unânime, DJe de 12.11.2018) e o REsp 1.277.725/AM (Terceira Turma, Rel. Ministra Nancy Andrighi, unânime, DJe de 18.3.2013), há fato superveniente que tornou sem objeto o requerimento de falência.

Com efeito, no conexo AREsp 653.467/MG, a mesma instituição financeira se insurgiu contra a homologação do plano de recuperação judicial da recorrida, ocorrida na data de 19.3.2012, nos autos da demanda ajuizada em 27.9.2011, perante o mesmo Juízo, por Castellani Alimentos Ltda., cujo processamento foi deferido em 18.11.2011.

A este feito em particular, neguei provimento ao agravo visando à reforma da admissibilidade negativa do especial interposto pelo Banco Indusval S.A., que pretendia reverter a medida, conforme decisão publicada no DJe de 1º.10.2019.

Calha ressaltar que a presente ação de falência foi distribuída ao Juízo de

Superior Tribunal de Justiça

Direito de Caldas, MG, em 7.11.2011, pelo protesto decorrente do inadimplemento da cédula de crédito bancário 32.506, no valor de R\$ 606.215,72 (seiscentos e seis mil, duzentos e quinze reais e setenta e dois centavos - fl. 532), tendo sua inicial indeferida, por carência de ação no dia 18.11.2011, e que consta no plano de recuperação judicial da ré a referência ao recorrente, na qualidade de credor quirografário (fl. 87 do AREsp 653.467/MG).

Não obtido sucesso em reverter a homologação do plano de recuperação judicial que inclui a dívida que ensejou o requerimento de falência, apenas o seu descumprimento pode conduzir ao desfecho perseguido nestes autos, porque operado o fenômeno da novação das dívidas preexistentes, causa apta, inclusive, à extinção das execuções que estavam tramitando naquela oportunidade.

Se, conforme a tese do especial, os requisitos são comuns à execução e à falência, por óbvio esta não pode prosseguir.

Em face do exposto, havendo a perda superveniente do objeto, fica prejudicado o recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora